Serviços sociais na Europa: adaptação a uma nova realidade

Introdução

A pandemia de COVID-19 perturbou a prestação e a utilização de serviços sociais em toda a UE, forçando os prestadores a adaptarem-se e a desenvolverem novas formas de prestar os seus serviços. O presente relatório procura identificar os ensinamentos retirados destas experiências, com vista a fornecer informações sobre o desenvolvimento do setor face a novos riscos sociais e a reforçar a sua resiliência para lidar com futuras crises.

Para que as inovações e as lições da pandemia tenham um impacto duradouro, serão essenciais financiamento, mobilização de recursos e consolidação adequados. Neste contexto, são analisadas as tendências das despesas sociais na UE ao longo das últimas duas décadas, a fim de destacar as prioridades dos Estados-Membros. O relatório também discute a relevância do pacote de recuperação pós-pandemia, NextGenerationEU, para o desenvolvimento dos serviços sociais no futuro.

Contexto político

O orçamento de longo prazo da UE para 2021-2027 visa modernizar a UE, dando prioridade à transformação digital, ao investimento em investigação e inovação e à intensificação dos esforços para combater as alterações climáticas, com vista a melhorar a capacidade da UE para fazer face a futuros choques e riscos sociais emergentes. O pacote financeiro temporário NextGenerationEU, no valor de mais de 800 mil milhões de euros, foi criado pela Comissão Europeia para financiar esta agenda. Para aceder ao financiamento, os Estados-Membros elaboraram e apresentaram planos de recuperação e resiliência. Alguns Estados-Membros anunciaram programas nacionais para reforçar a resiliência da sociedade na sequência da pandemia; os recentes desafios relacionados com a transição ecológica, a tecnologia e as mudanças geopolíticas também sublinharam a importância da resiliência em toda a UE. Os serviços sociais estão a ser adaptados para enfrentar desafios emergentes e de longo prazo através de medidas relacionadas com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, a Estratégia Europeia de Cuidados, a economia social e o futuro comité de diálogo social setorial sobre serviços sociais.

Principais conclusões

Impacto da pandemia de COVID-19 nos serviços sociais

- Os serviços sociais estavam mal preparados para a pandemia. Não só o setor carece da capacidade, do equipamento médico e do equipamento de proteção individual para responder às exigências da crise, como as deficiências estruturais impediram a sua capacidade de funcionar de forma eficaz. Estas insuficiências incluem o subfinanciamento, a escassez de pessoal, as más condições de trabalho e os desafios em garantir a disponibilidade, a acessibilidade, a razoabilidade dos preços e a qualidade dos serviços.
- A pandemia resultou numa necessidade urgente de digitalização dos serviços sociais e de facilitação do teletrabalho. No entanto, a transição para o teletrabalho foi improvisada e teve desvantagens consideráveis. Foi particularmente difícil para os serviços que anteriormente tinham prestado assistência direta e presencial aos seus grupos-alvo.
- Foram estabelecidas novas formas de prestar serviços de apoio; por exemplo, houve um aumento da prestação de aconselhamento em matéria de saúde mental e bem-estar através de linhas de apoio e aplicações. Estes novos canais de prestação de informação e apoio podem desempenhar um papel na manutenção da resiliência da sociedade aos desafios no futuro.
- A participação em ações de formação diminuiu durante a pandemia. Verificou-se que a utilização de dispositivos digitais no trabalho tinha correlação com a probabilidade de receber formação. Embora o setor dos cuidados de saúde seja, em média, mais digitalizado do que outros setores, cerca de um quinto dos trabalhadores dos setores dos cuidados de saúde nunca utilizam dispositivos digitais no trabalho e podem estar a perder os benefícios que a digitalização, a automatização e a robótica poderiam trazer aos seus postos de trabalho.

Despesas sociais

- As despesas sociais – despesas dos governos em proteção social, educação e saúde – representam a percentagem mais elevada de despesas na UE. Atingiu 34,9 % do produto interno bruto (PIB) em 2020, dos quais 21,9 % foram para a proteção social, 8 % para os cuidados de saúde e 5 % para a educação. A estimativa para 2021 é mais baixa, mas ainda assim substancial, representando 33,4 % do PIB. Estes montantes indicam em que medida os Estados-Membros deram prioridade à dimensão social na gestão da pandemia.
- Em termos de variação homóloga, as despesas com a proteção social aumentaram mais: se forem consideradas as despesas públicas e privadas com a proteção social, aumentaram 8,7 % entre 2019 e 2020, o maior aumento anual de sempre (em comparação com 3,8 % em 2018-2019). A despesa diminuiu ligeiramente em 2021.
- As despesas com os cuidados de saúde e a educação em percentagem do PIB na UE27 mantiveram-se estáveis entre 2004 e 2019. As despesas em ambos os setores aumentaram em 2020 (o primeiro ano da pandemia), quando comparadas com 2019. Verificou-se uma ligeira diminuição das despesas com a educação em 2021, enquanto as despesas com os cuidados de saúde mantiveram a dinâmica, aumentando de 8 % do PIB da UE em 2020, para 8,1 % em 2021.

Planeamento da recuperação e resiliência

- O Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) foi criado para construir uma UE mais forte e mais resiliente na sequência da pandemia. No entanto, a maioria dos recursos será atribuída à digitalização e à transição ecológica e parece que o impulso será menor ou menos específico para as medidas de resiliência social e económica.
- O impacto global deste fundo será provavelmente maior em economias mais pequenas com despesas sociais correntes mais baixas, enquanto será, no máximo, complementar para países com economias maiores e despesas mais elevadas.

Indicadores para políticas

- Tendo em conta os efeitos negativos da pandemia na prestação de serviços sociais e as lições aprendidas durante este período, o desenvolvimento de planos de contingência para os prestadores de serviços e de metodologias para avaliar esses planos deve ser uma prioridade.
- A inclusão de vários prestadores de serviços sociais e grupos de partes interessadas, incluindo os cuidadores informais, na avaliação das necessidades e no planeamento das políticas é essencial: a pandemia demonstrou a importância dos seus contactos com os utilizadores dos serviços e do conhecimento em primeira mão da situação e das necessidades dos utilizadores.
- É necessário avaliar a necessidade, a relevância e a acessibilidade da formação para os trabalhadores dos serviços sociais, a fim de garantir que têm as competências necessárias para desempenhar as suas funções, melhorar as suas perspetivas de carreira e assegurar que a formação e a orientação são acessíveis durante as crises.
- As medidas de apoio, como as linhas de apoio, destinadas ao pessoal dos serviços sociais exposto a exigências emocionais ou a um comportamento social adverso nos seus postos de trabalho devem ser integradas.
- O papel e o potencial da digitalização e da mudança tecnológica em todos os empregos nos sectores dos serviços sociais devem ser avaliados, especialmente no que se refere a um quinto dos empregos no sector dos cuidados em que os dispositivos digitais nunca são utilizados.
- Os principais desafios que surgiram na sequência da pandemia criaram um ambiente alterado ao qual os serviços sociais se devem adaptar; estes devem abraçar a mudança tecnológica e participar proativamente na execução de políticas e medidas que possam apoiar esta mudança.
- A execução dos objetivos do MRR deve ser equilibrada e as informações sobre as metas e os investimentos realizados devem estar prontamente disponíveis para permitir o acompanhamento dos progressos. Melhorar a capacidade de acesso dos serviços sociais a este mecanismo de financiamento contribuiria para promover a adaptação destes serviços à nova realidade.

Informações adicionais

O relatório *Serviços sociais na Europa: adaptação a uma nova realidade* está disponível em https://eurofound.link/ef22007

Gestor de investigação: Tadas Leončikas

information@eurofound.europa.eu